

# LUZ FUX

3ª EDIÇÃO

REVISTA, ATUALIZADA E REFORMULADA

# MANDADO DE SEGURANÇA



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 31.08.2023

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2024 by

**Editora Forense Ltda.**

*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

F996m

Fux, Luiz,

Mandado de segurança / Luiz Fux. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2024.

Inclui bibliografia

“Contém anexo”

ISBN 978-65-5964-900-6

1. Mandado de segurança – Brasil. 2. Legitimidade (Direito) – Brasil. 3. Interesses coletivos – Brasil. I. Título.



23-85723

CDU: 347.951.3(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

# SUMÁRIO

<b>1. Evolução Histórica</b> .....	1
1.1. Generalidades.....	1
1.2. Direito Comparado.....	3
1.3. Evolução no Direito brasileiro .....	8
1.4. Considerações sobre a inexistência de <i>vacatio legis</i> .....	21
<b>2. Conceito</b> .....	23
<b>3. Natureza Jurídica</b> .....	27
<b>4. Condições da Ação</b> .....	31
4.1. Legitimidade das partes .....	33
4.1.1. Legitimidade ativa no Mandado de Segurança.....	34
4.1.2. Legitimidade ativa das pessoas jurídicas de direito público.....	37
4.1.3. Legitimidade passiva no Mandado de Segurança.....	37
4.1.3.1. Indicação equivocada da autoridade coatora e a teoria da encampação .....	43
4.1.4. Ministério Público.....	46
4.1.5. Litisconsórcio.....	47
4.1.6. Intervenção de terceiros .....	49
4.1.7. <i>Amicus curiae</i> .....	52
4.1.8. Terceiro prejudicado e substituição processual.....	55
4.2. Interesse de agir.....	56
4.2.1. Atos administrativos.....	59
4.2.2. Atos judiciais.....	60
4.2.3. Atos legislativos e lei em tese .....	64
4.2.4. Mandado de Segurança e o devido processo legislativo .....	69
4.2.5. Lei inconstitucional.....	70
4.3. Direito líquido e certo e ilegalidade ou abuso de poder.....	71
4.3.1. Ato disciplinar .....	74
4.3.2. Ato de dirigente de estabelecimento particular.....	75
4.3.3. O Mandado de Segurança e os atos de gestão na Lei n.º 12.016/2009 .....	75

<b>5. Competência</b> .....	79
5.1. Generalidades.....	79
5.2. A competência no Mandado de Segurança .....	80
5.3. Competência originária .....	80
5.4. A competência e a delegação de função federal.....	85
5.5. <i>A perpetuatio jurisdictionis</i> .....	86
5.6. Competência Estadual e dos Juizados Especiais.....	87
5.7. Competência recursal e recurso ordinário .....	88
<b>6. Procedimento</b> .....	91
6.1. Generalidades .....	91
6.2. Fase postulatória .....	92
6.3. Requisitos da petição inicial .....	94
6.4. Desistência do Mandado de Segurança .....	99
6.5. Prazo para o ajuizamento da ação mandamental    decadência .....	103
6.5.1. Constitucionalidade de prazo legal para exercício de Mandado de Segurança .....	104
6.5.2. A contagem de prazo no Mandado de Segurança .....	105
6.5.3. Prazo para o Mandado de Segurança contra ato omissivo .....	108
6.6. As provas admitidas e o Mandado de Segurança .....	112
6.7. O Mandado de Segurança e o processo eletrônico.....	114
6.8. Citação das partes .....	115
6.9. A tutela provisória e o Mandado de Segurança .....	117
6.10. Caução.....	121
6.11. Perda da eficácia da liminar .....	122
6.12. A recorribilidade do provimento sobre a liminar .....	125
6.13. Suspensão da liminar ou da segurança .....	126
6.13.1. Legitimidade para requerer a suspensão de liminar.....	128
6.13.2. Do cabimento de suspensão de liminar no âmbito do Supremo Tribunal Federal .....	129
6.13.3. Do cabimento de suspensão de segurança contra decisões definitivas .....	131
6.13.4. Procedimento da suspensão de liminar ou segurança .....	131
6.14. Resposta do réu .....	134
6.15. Estabilização da demanda.....	135
6.16. Notificação da autoridade coatora e ciência da pessoa jurídica de direito público.....	136
<b>7. Sentença e Acórdão no Mandado de Segurança</b> .....	139
7.1. Natureza da sentença .....	142

7.2.	Limites dos efeitos da sentença .....	143
7.3.	Responsabilidade pelo descumprimento de sentença concessiva do Mandado de Segurança .....	145
7.4.	Notas sobre a mandamentalidade das decisões judiciais.....	147
7.5.	Coisa Julgada.....	149
7.5.1.	Generalidades .....	149
7.5.2.	Coisa julgada no Mandado de Segurança .....	151
<b>8.</b>	<b>Execução</b> .....	<b>153</b>
8.1.	Generalidades.....	153
8.2.	Execução no Mandado de Segurança .....	154
8.2.1.	Execução de pedido declaratório ou constitutivo .....	157
8.2.2.	Execução para entrega da coisa .....	158
8.2.3.	Execução de obrigações de fazer e não fazer .....	159
<b>9.</b>	<b>Recursos</b> .....	<b>161</b>
9.1.	Generalidades .....	161
9.2.	Recursos no Mandado de Segurança .....	164
9.2.1.	O Mandado de Segurança e a ordem dos processos nos tribunais .....	165
9.2.1.1.	Apelação .....	166
9.2.2.	Duplo grau obrigatório de jurisdição .....	168
9.2.3.	Recurso Ordinário Constitucional.....	169
9.2.4.	Recurso Especial e Recurso Extraordinário .....	171
9.2.5.	Embargos de divergência .....	176
9.2.6.	Agravo.....	176
9.2.7.	A técnica de complementação de julgamento colegiado .....	178
<b>10.</b>	<b>Honorários Advocatícios – Descabimento</b> .....	<b>181</b>
10.1.	Generalidades.....	181
10.2.	Os honorários e as ações de segurança .....	181
<b>11.</b>	<b>Mandado de Segurança Coletivo</b> .....	<b>183</b>
11.1.	Generalidades.....	183
11.2.	Condições da ação .....	187
11.2.1.	<i>Legitimatío ad causam</i> .....	190
11.2.2.	Legitimidade ativa no <i>mandamus</i> coletivo .....	190
11.2.3.	A legitimidade dos partidos políticos.....	192
11.2.4.	A legitimidade das organizações sindicais, entidades de classe e associações.....	194

11.2.5. A legitimidade do Ministério Público .....	198
11.2.6. A legitimidade da Defensoria Pública .....	199
11.2.7. Legitimidade passiva no <i>mandamus</i> coletivo .....	199
11.3. Interesse de agir .....	199
11.4. Competência .....	200
11.5. Aspectos procedimentais .....	200
11.6. Desistência do pedido .....	201
11.7. Sentença e coisa julgada .....	203
11.7.1. A limitação territorial da coisa julgada .....	205
11.8. Litispendência entre ação coletiva e ação individual e entre mandados coletivos .....	206
<b>Anexo – Lei n.º 12.016, de 7 de agosto de 2009 .....</b>	<b>209</b>
<b>Jurisprudência do STJ – Mandado de Segurança .....</b>	<b>215</b>
<b>Jurisprudência do STF – Mandado de Segurança .....</b>	<b>287</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>329</b>